

GERAL

AMBIENTE

ANP exclui 162 áreas de leilão em Abrolhos

Destruição de recifes de corais começou há milhares de anos

Estudo mostra que processo, iniciado pelo homem, é semelhante em todo o mundo

MAGGIE FOX
Reuters

WASHINGTON – As pessoas e os corais não se dão e nunca se deram bem. Num estudo publicado ontem, cientistas revelam que a humanidade começou a destruir recifes de coral há milhares de anos. “Nenhum recife está intacto e isso é verdade há muito tempo”, disse John Pandolfi, um paleoecologista do Museu Nacional de História Natural do Instituto Smithsonian, que trabalhou na pesquisa internacional.

Vários relatórios na revista *Science* sugerem que a única solução é criar áreas de proteção maiores, internacionais, onde seja proibido pescar, ancorar e coletar. Até a Grande Barreira, na Austrália, considerado o mais limpo e preservado recife do mundo, na verdade não tem essas qualidades, segundo a equipe de 12 especialistas. “A Grande Barreira já percorreu 30% do caminho para a extinção ecológica”, afirmou Pandolfi.

“Não fazia diferença observarmos o Mar Vermelho, a Austrália ou o Caribe”, acrescentou Karen Bjorndal, diretora do Centro Archie Carr para Pesquisa de Tartarugas Marítimas, da Universidade da Flórida. “Assim que a exploração humana começa, os mesmos cenários surgem.”

Primeiramente, segundo o estudo, as pessoas destruíram os grandes predadores, como os tu-

barões e os maiores peixes e tartarugas, que são fáceis de capturar e lentos na reprodução. Então partiram para os peixes menores e, finalmente, para as plantas marítimas e os próprios corais.

Uma busca em registros históricos e arqueológicos de 14 regiões, incluindo os Oceanos Atlântico e Pacífico, o Mar Vermelho, o Caribe e a Austrália, mostra a destruição gradativa de uma vida abundante em recifes. “Na época de 1.600, quando os navios europeus navegavam pelo Caribe, o capitão podia orientar-se pelos sons das tartarugas nadando, pois havia muitas. É um mundo muito, muito diferente”, disse Pandolfi.

Mesmo assim, grande parte dessas tartarugas já havia sido dizimada pelas populações indígenas das ilhas caribenhas. “Eu costumava pensar que as tarta-

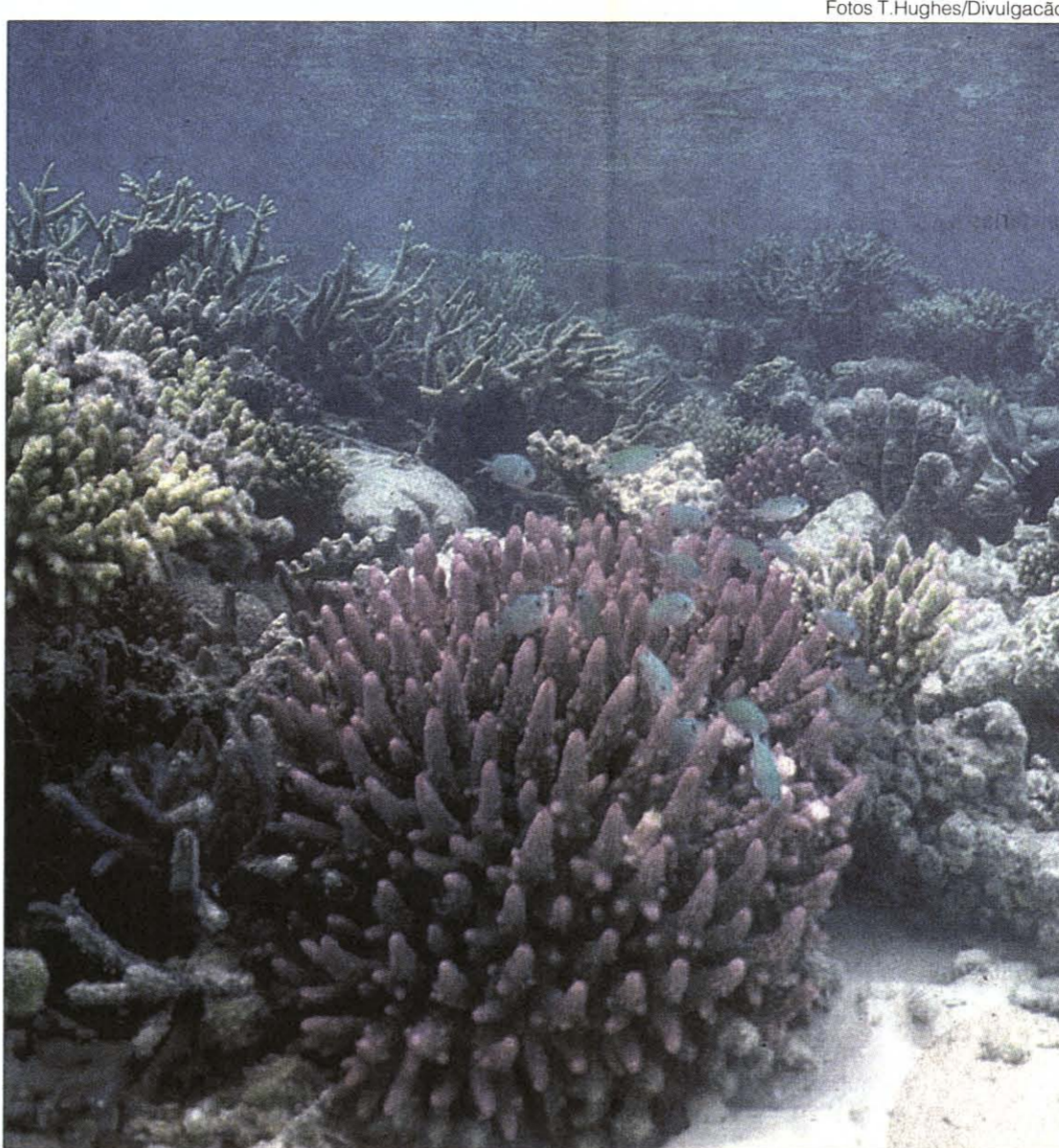
rugadas verdes estavam basicamente intocadas quando Colombo chegou, mas não acredito mais nisso”, afirmou Karen.

A agricultura, sozinha, pode causar dano considerável – sem

que as pessoas cheguem perto dos recifes, concluiu a análise. “No século 17, em Barbados, quando a terra foi limpa para o cultivo de cana-de-açúcar, todos os restos foram para os recifes, basicamente sufocando o coral”, afirmou Pandolfi.

Um segundo estudo divulgado pela *Science* concluiu que incêndios florestais na Indonésia em 1997 podem ter matado indiretamente um recife economicamente importante. Segundo seus autores, a fumaça cobriu a água, provocando uma maré vermelha – explosão populacional de fitoplâncton tóxico.

**CIENTISTAS
PEDEM ÁREAS
DE PROTEÇÃO
MAIORES**



Fotos T. Hughes/Divulgação

Busca em registros históricos e arqueológicos mostra que até agricultura pode danificar os recifes



Manutenção dos corais depende hoje da proibição completa de qualquer tipo de pesca ou coleta

ONGs comemoram decisão que impede exploração de petróleo em santuário

CLARISSA THOMÉ

RIO – A Agência Nacional de Petróleo (ANP) excluiu 162 áreas para exploração de petróleo e gás das 1.070 que serão leiloadas na semana que vem. A retirada de 8 blocos terrestres e 154 marítimos na região do Arquipélago de Abrolhos (BA) foi publicada ontem no *Diário Oficial* da União e é uma vitória de organizações não-governamentais (ONGs). Elas encaminharam ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em maio, dossiê sobre o impacto ambiental da exploração petrolífera na região e pediram que 243 blocos fossem suspensos. O Ibama referendou parte do documento e recomendou, na sexta passada, as mudanças na licitação, mantendo, no entanto, 81 áreas.

O coordenador-geral de Licenciamento do Ibama, Volney Zanardi Júnior, informou que a exclusão, por enquanto, vale apenas para a 5.ª Rodada de Licitações. Segundo ele, um relatório do instituto chamava a atenção para o fato de que, caso os 162 blocos fossem a leilão, as empresas teriam exigências ambientais maiores a cumprir e o licenciamento da área para exploração não estaria garantido. “A decisão final será entre as ministras (Dilma Rousseff, das Minas e Energia, e Marina Silva, do Meio Ambiente) e deve ser divulgada na semana que vem.”

Os ambientalistas comemoraram a decisão, apesar de terem pedido a exclusão de 243 blocos. Um deles foi o gerente do programa marinho da Conservation International, ONG que capitaneou o estudo, Guilherme Fraga Dutra. “Os blocos excluídos constituem a parte mais sensível do Banco de Abrolhos, praticamente o coração dos recifes de corais”, disse. “Estávamos preocupados com os blocos não excluídos, mas a área de maior biodiversidade marítima saiu da rodada de licitação.”

As áreas seriam leiloadas nos dias 19 e 20. Onze empresas se habilitaram para a rodada de licitação. De acordo com Dutra, as áreas excluídas estavam a 10 quilômetros do parque marinho. Agora, as mais próximas estão a 150 km. “Foi um passo enorme para a preservação de Abrolhos. Mas a questão não está resolvida. Estamos estudando novos mecanismos que protejam definitivamente a área.”

A decisão irritou o secretário de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, Júlio Bueno. O Estado seria beneficiado com os royalties da exploração da área: “Essa decisão não afeta só o Espírito Santo, mas todo o País. Inibe os investidores estrangeiros. Eles já conheciam o que seria licitado e agora se perguntam se vale a pena investir aqui.” (Colaborou Liana John)